

Nota sobre “Os Lusíadas”



Por **FILIPE DE FREITAS GONÇALVES***

Camões canta um império que é mercado, e sua epopeia desaba sob o peso da verdade: heróis são piratas, e a glória, sequestro

“Transações não são paisagens nem destinos” (Roberto Schwarz).

1.

Lá pelas tantas, Luís de Camões coloca Vasco da Gama tendo que firmar um acordo comercial com o rei Samorim. Depois de ter achado um tradutor que lhe apresenta o ambiente e que consegue intermediar as conversas, a situação se complica porque os Maometanos decidem opor-se à sua empreitada. A oposição é tripla: primeiro, eles não gostam tanto assim da ideia de cristãos aparecerem do outro lado do mundo; segundo, Baco faz com que um deles tenha um sonho anunciando a desgraça que será o estabelecimento dos portugueses; terceiro, eles se veem ameaçados nas rotas comerciais que dominavam. Os dois primeiros elementos são ideologia, quando não preconceito de parte a parte, mas o terceiro fator é o ingrediente material que move o entrecho.

Ideologia também é a justificativa que apresenta o próprio Luís de Camões para dar caráter épico a uma empresa rigorosamente comercial, e, portanto, imune a tratamento épico por qualquer definição do gênero. Os portugueses vão expandir a cristandade pela expansão do Império, o que é um valor em si, e, nesse processo, vão expandir os conhecimentos acumulados pela humanidade superando os antigos em feitos importantes que merecem, portanto, ser cantados epicamente.

O que justifica o poema não é o tratado com o rei Samorim, mas o feito glorioso, tanto o de levar o cristianismo a todos os cantos do mundo quanto o de expandir o conhecimento sobre a realidade natural. Tanto uma coisa quanto a outra, no entanto, acontecem por intermédio dessa ação meio espúria que é o estabelecimento de uma rota comercial. Do nosso ponto de vista, o primeiro elemento é um despropósito porque não acreditamos mais em Deus ou em Jesus Cristo, mas o segundo continua tendo lá seu valor de importância.

Mesmo assim relativa, seja porque ninguém acredita mais em ciência e conhecimento sobre o mundo, seja porque a contribuição dos portugueses acabou por aí e só foi desenvolvida a contento pelos ingleses e franceses dos séculos seguintes, o que faz o elogio soar falso. O fato é que, por detrás da ideologia que envolve o poema de cabo a rabo, e pela qual ele já foi tão criticado, a matéria objetiva que ele encerra é a fundação do mercado mundial. Não é matéria para épica em sentido clássico, mas é alguma matéria.

Arma-se uma campanha contra os portugueses, levada a cabo pelos maometanos. Ela não será aberta ao modo épico, com batalhas e com resistência na qual a coragem e a intrepidez individual se pode testar, mas um jogo palaciano sujo de suborno e influência nefasta. As artimanhas levam o rei Samorim a convocar Vasco da Gama e a confrontá-lo, dizendo que

deveria confessar que suas propostas comerciais eram mentirosas e que, caso fosse feita uma confissão, ele encontraria abrigo naquelas terras distantes. Num longo discurso inspirado por Vênus, Vasco da Gama dá a volta no rei Samorim e acaba conseguindo a liberação para voltar para casa com alguma prova da descoberta daquelas terras. A acusação mais séria que ele tem de responder, basicamente, é a de que é um pirata. "(...) se piratas sois ao mar usados" (VIII, 63), diz Samorim disposto a acolhê-los, ao que responde Vasco da Gama:

(...) se eu de rapinas só vivesse,
Undívago, ou da pátria desterrado,
Como crês que tão longe me viesse
Buscar assento incógnito e apartado?
Por que esperanças, ou por que interesse
Viria experimentando o mar irado,
Os Antárticos frios, e os ardores
Que sofrem do Carneiro os moradores? (VIII, 67).

2.

A ideologia responde à inquietação do rei Samorim: como posso ser um pirata se realizei ações tão portentosas como atravessar o Oceano? Como posso ser apenas um pirata se enfrentei os climas difíceis? A questão problemática do poema é exatamente esta: um pirata é capaz de atos grandiosos e a grandiosidade no mundo moderno aparecerá como pirataria. À acusação de que sua empresa diplomática não segue os preceitos tradicionais - levar presentes aos reis distantes - Vasco da Gama mais uma vez responde com ideologia e com promessas de futuro:

Eu não vim mais que a achar o estranho clima
Onde a natura pôs teu Reino antigo.
Mas, se a Fortuna tanto me sublima
Que eu torne à minha pátria e Reino amigo,
Então verás o dom soberbo e rico,
Com que minha tornada certifico. (VIII, 68).

Ele vai continuar destilando ideologia sobre os feitos portugueses para convencer o rei Samorim de que merece algum crédito. É bem-sucedido e lhe é concedido que desembarque sua mercadoria e leve uma carga de volta a Portugal para provar a D. Manuel que cumprido sua missão. Os muçulmanos não desistem e continuam a impor dificuldades, de forma que sua retirada é, para os padrões épicos, uma vergonha arrematada. Sai literalmente fugido depois que descobre, pelo Monçaide que os maometanos estão atrasando a partida com o objetivo de esperar a chegada de uma esquadra de navios de Meca, que os impedirá de retornar. Muçulmanos e portugueses se equivalem: o que querem é controlar uma rota comercial, fundar espécies de franquias religiosas e comerciais que possibilitam o controle do comércio.

A diferença em relação ao modelo épico mais óbvio é imensa e salta aos olhos. Eneias invade a Itália com a proteção dos Deuses e a oposição de Juno, que também inspira sonhos pouco auspiciosos nos habitantes autóctones da região. A justificativa é igualmente ideológica: a superioridade da lei romana e a época de paz instaurada pelo novo Imperador. Propaganda por propaganda, o Império se justificava por sua capacidade de operar a justiça, por impor ordem ao caos da vida guerreira e por possibilitar a integração de vários povos à civilização romana.

A cena final, a batalha entre Eneias e Turno, é o ponto paradigmático que até hoje levanta questões éticas: a batalha marca o extermínio dos autóctones em nome da futura dominação imperial que leva à paz. Vale a pena? A violência necessária à instauração das leis e da expansão do Império vale o que ela compra? O poema responde sim e não. O poeta precisa responder que sim, já que essa é a razão ideológica de seu poema, e já que o enquadramento religioso que tem à sua disposição (e que só se afigura como ideologia para nós) justifica a violência em nome do cumprimento do destino.

Mas também não: a violência de Eneias contra Turno não excede o quadro da necessidade? A força do poema e das perguntas que ele levanta vem do fato de que Virgílio ainda consegue escrever um poema épico nos moldes tradicionais; Luís de Camões não tem essas justificativas à sua disposição pelo simples fato de que seu “Império” não tem como entregar, nem do ponto de vista ideológico, a paz e a organização social. Pelo contrário, o que ele promete é o caos.

Seu “Império” não é um império nos moldes de Augusto, mas uma rede comercial que não pretende entrar e dominar o território, impor formas de socialização consideradas superiores. Seu “império” é simplesmente aquele conjunto de feitorias que nossa tradição formativa lamentava como impróprio ao desenvolvimento de sociedades burguesas. O “império” que Luís de Camões tem à sua disposição para cantar não pretende fundar sociedades, organizá-las, desenvolvê-las de acordo com seus padrões ideológicos, mas apenas conectá-las comercialmente.

O “iImpério” fundado pelos portugueses é o mercado mundial, um acontecimento rigorosamente novo na história humana, para o qual as formas épicas tradicionais não oferecem a chave formal adequada de figuração artística. Pode-se dizer que Eneias e Turno não se correspondem no poema virgiliano, seja por diferenças culturais, seja por diferenças religiosas; mas uma tal afirmação não pode ser feita em relação a cristãos e muçulmanos: em Luís de Camões, eles se correspondem porque encontram um denominador comum que é a circulação de mercadorias.

3.

Nesse sentido, o fracasso poético de Luís de Camões é muito mais interessante do que simplesmente a caducidade de seu quadro de valores, porque ele está baseado na contradição entre a forma poética herdada da tradição e a matéria objetiva que dá ensejo ao poema. O conjunto de valores que ele professa, mesmo quando coaduna com nossa sensibilidade, ornamental com o mundo que ele tem diante de si e que sua criatividade poética eventualmente deixa escapar por debaixo da lamúria ideológica. O final do nosso Canto VIII termina com a condenação do dinheiro – a causa das oposições Maometanas –, uma tópica que coaduna com nossas pretensões ideológicas de hoje:

Veja agora o juízo curioso
Quanto no rico, assim como no pobre,
Pode o vil interesse e sede inimiga
Do dinheiro, que a tudo nos obriga. (VIII, 98).

A tópica está sendo usada para condenar os opositores dos portugueses que, por uma quantia de dinheiro, tentam corromper o rei Samorim e desobedecer sua ordem alinhada aos interesses lusos. Mas o que o entrecho pretende esconder é que o interesse dos portugueses também está movido por dinheiro e que a crítica, talvez justa à ação muçulmana descrita, cai como uma luva nos próprios heróis do poema. Daí, por óbvio, sua igualdade: se os maometanos usam o dinheiro para impedir o retorno da armada, o que Vasco da Gama quer é vender suas mercadorias na praça de Calecute para levar mercadorias de volta para casa.

Para que a crítica não incida em lusos como em maometanos, ele precisa daqueles quilos e mais quilos de elogio da tarefa épica lusitana de ir “novos mundos ao mundo mostrando”. Os indícios da verdade estão ali também, contradizendo a armação ideológica geral. O rei Samorim, que tende a acreditar nos conselheiros árabes que lhe apresentam o caso contra os portugueses, acaba demovido de sua oposição não simplesmente pelos discursos inspirados de Vasco da Gama ou pela autoridade que sua fala projeta, mas também porque está movido pela “força da cobiça” (VIII, 59).

Não se trata, portanto, simplesmente da vitória da validade da tarefa épica, mas de uma conjuntura em que o rei Samorim vê as vantagens da aliança portuguesa. Por debaixo do fracasso ideológico, o poema vai nos apresentando o mundo concreto e suas dinâmicas reais, numa sobrevida que transforma seu malogro num fato poético de grande interesse.

O próprio Vasco da Gama, que havia feito todo seu discurso apresentando as dificuldades do mar, acaba nos deixando ver essa verdade material de fundo que contradiz as glórias. É que, imaginando que só precisava conseguir ir embora dali com

alguma prova da descoberta, o narrador solta a seguinte:

Mas o Gama, que não pretende mais,
De tudo quanto os Mouros ordenavam,
Que levar a seu Rei um sinal certo
Do mundo, que deixava descoberto.

Nisto trabalha só, que bem sabia
Que depois, que levasse esta certeza,
Armas e naus e gentes mandaria
Manuel, que exercita a suma alteza,
Com que a seu jugo e lei someteria
Das terras e do mar a redondeza;
Que ele não era mais que um diligente
Descobridor das terras do Oriente (VIII, 56-57).

As poucas chances que o tom épico do poema tem de funcionar é a divisão que Luís de Camões opera no final: ele está cantando o descobridor, o diligente homem que tomou os mares de assalto e dominou a natureza. Mas nem ele nem ninguém – talvez só o poeta, coitado – tem a ingenuidade de que sua ação tem como objetivo o domínio do mundo natural. Pelo contrário, por debaixo da retórica de grandeza dos feitos que superam a Antiguidade, está a pretensão comercial, que não se dará pelo simples estabelecimento de tratados comerciais, mas pela força bruta que virá depois para submeter a região às leis portuguesas.

Aqui está o poeta nos contando o que de fato é o mercado mundial que se está fundando: o domínio da força bruta. A porrada e a pancadaria. Isso é a fresta de verdade que o poema nos mostra apesar da barbaridade ideológica. E isso torna complexa sua estrutura, porque o que aí vai dito é falado antes do discurso de Vasco da Gama para o rei Samorim em que ele repete os lugares-comuns da autoridade portuguesa sobre os mares. Ou seja, quando ele faz as loas de suas vitórias, sabe muito bem que está mentindo.

A mentira tem objetivos muito claros, determinados de antemão: convencer o rei Samorim a deixá-lo ir embora com a prova da descoberta para que, talvez no ano seguinte, D. Manuel mande uma frota de navios para aterrorizar a região e estabelecer seu mando. Embora narrada de forma algo bruta, a cena é de uma complexidade psicológica burguesa inusitada para um poema épico. Para atingir interesses materiais específicos, nosso personagem precisa construir um longo discurso sobre seus feitos para convencer um rei estrangeiro a favorecê-lo, mas ele o faz sabendo que esse tal discusso, pelo menos em sua intenção, é mentiroso.

A forma épica acaba por constranger nosso poeta, que, numa forma mais livre de romance, poderia construir uma cena de grande impacto pela complexidade dos sentimentos, dos atos e da elaboração da linguagem. A brutalidade da cena vem de seu caráter de epopeia, que lhe tira a potencialidade criadora.

Não se pode deixar de notar também que o dinheiro, que na sua concepção moderna retira o poema do campo épico, é também valor civilizatório de igualdade. Apesar do chorume religioso e de Cruzada, estão todos – lusos também – igualados pela cobiça, pelo desejo do dinheiro e pela necessidade mercantil. O que tira o poema do universo épico é objetivamente um dado novo do mundo que significa, no plano da realidade, avanço das mentalidades sociais.

A afirmação pode parecer esdrúxula para um poema que está tão intrinsecamente vinculado às pretensões guerreiras de um país que daí menos de uma década vai ser dizimado numa Cruzada fora de época, mas a informação está lá quando se encara as cenas criadas e não apenas o discurso construído sobre elas. Apesar das diferenças culturais e de posições social e religiosa, existe um terreno comum entre os maometanos, Vasco da Gama e o rei Samorim.

O que interessa a todos é o controle de rotas comerciais e o dinheiro que daí surge. Isso, que está lá no poema objetivamente, não parece ter sido notado pelo próprio poeta, que não implica a descoberta no discurso que constrói ao longo do poema. Mesmo porque, se implicasse, não escreveria um poema épico. Vitória do avanço social e derrota da representação artística.

4.

Na fatura geral, a dinâmica entre verdade e ideologia é muito complexa, porque o efeito, ao mesmo tempo, é o uso da “tuba canora e belicosa” (I, 5) para o elogio do Império naquilo que ele ainda pode ser elogiado (expansão da cristandade e descobertas científicas) e, pelo fracasso da forma, a evidência da mentira de tudo que se está dizendo. O leitor não envolvido no ufanismo doentio sai com a nítida sensação de que discurso e realidade não se correspondem.

Talvez a repetição seja um dos elementos que compõe o quadro: Luís de Camões precisa o tempo inteiro repetir a superioridade dos portugueses, ele precisa enunciar repetidas vezes uma tal superioridade sem, no entanto, colocá-la diante de nós evidentemente pelas cenas poéticas que vai construindo. O poema não tem uma só cena memorável como aquelas que abundam na *Iliada*, na *Odisseia* e mesmo na *Eneida*. Os grandes feitos dos portugueses são um assunto do qual se pode ideologicamente falar, mas nunca concretamente mostrar, porque, quando se vai mostrar, descobrimos aquele mesmo mercado mundial que não anda bem junto da inspiração épica herdada da Antiguidade.

Se olharmos para a resolução do trecho que estamos acompanhando, veremos o problema objetivamente diante de nós. Depois de uma série de vai e vens, Vasco da Gama consegue fugir de um porto que se torna cada vez mais hostil. Descoberto o plano de esperar os navios vindos de Meca, manda que os comerciantes que estavam na cidade tentando vender suas mercadorias voltem às embarcações. Esses “feitores” são logo aprisionados pelos maometanos que não podem deixar os portugueses irem embora.

O Capitão devolve na mesma moeda e prende nos navios os comerciantes da região, o que gera comoção nos familiares dos aprisionados e leva o rei Samorim e a desfazer a confusão. Aqui Vasco da Gama começa a comportar-se objetivamente como o pirata que é:

Desculpas manda o Rei de seus enganos;
Recebe o Capitão de melhor mente
Os presos que as desculpas, e tornando
Alguns negros, se parte as velas dando (IX, 12).

Leva alguns Malabares, que tomou
Por força, dos que o Samorim mandara
Quando os presos feitores lhe tornou;
Leva pimenta ardente, que comprara;
A seca flor de Banda não ficou,
A noz, e o negro cravo, que faz clara
A nova ilha Maluco, com a canela,
Com que Ceilão é rica, ilustre e bela (IX, 14).

Dizendo sem meias palavras, Vasco da Gama sequestra a comitiva diplomática enviada pelo rei Samorim, com quem havia conversado algumas estrofes antes em tom respeitoso e volta com o navio carregado de mercadorias, uma das quais os “malabares” sequestrados pela força. Não apenas o Capitão espera que D. Manuel envie uma armada militar para dominar a região como se comporta objetivamente como alguém disposto a usar a força bruta para fazer valer seus interesses. A força bruta em oposição à verborragia ideológica que consome grande parte do talento poético de Camões nesse longuíssimo poema que, lendas à parte, deve ter-lhe custado a amante chinesa.

a terra é redonda

Quem são, portanto, esses portugueses que Vênus premiará nas próximas estrofes com a Ilha dos Amores e com a Máquina do Mundo? São sequestradores, piratas internacionais e negociantes que sabem manipular a mentira para alcançar seus objetivos. Nada disso coaduna com o tom grandiloquente do poema, herdado da tradição virgiliana e, por transmissão, vagamente homérica. Enquanto estão transando com as Ninfas na Ilha preparada por Vênus, onde estariam os escravos sequestrados em terra estrangeira?

Imagine Vasco da Gama ouvindo a fala de Vênus a lhe revelar a Máquina do Mundo e sua preocupação com o estado das mercadorias esperando no porão do navio, entre as quais os escravos acorrentados. A tarefa executada é merecedora dos prêmios? Ela tem sentido verdadeiramente humano ou é simplesmente uma operação capitalista mais ou menos abstrata que interessa aos investidores?

O resultado final da empreitada substitui a instalação do culto aos antepassados na nova terra pela listagem de mercadorias que vão no porão dos navios. Dizendo simplesmente, não pode haver tarefa épica onde o objetivo é um circuito novo de capital, a transformação avassaladora de todas as relações humanas em relações mediadas pelo capital. O resultado final da obra é a revelação da mentira ideológica pela contradição entre as cenas objetivamente figuradas e o discurso sobre elas construídas.

O poema ocupa uma posição muito especial na história do gênero, porque está num lugar limítrofe. Não é uma epopeia, porque a epopeia é impossível com essa matéria, mas também não é uma obra que encontrou uma forma adequada para sua matéria. No meio do caminho, o poema é uma espécie de documento de uma mudança tectônica na história da cultura. Qual a forma adequada para representar um descobridor que é também pirata e sequestrador? A rigor, um descobridor de novos mundos que volta a seu país como comerciante de escravos sequestrados de um rei que, apesar dos mal-entendidos, mostrava-se interessado no estabelecimento de relações diplomática e comerciais com os portugueses?

Pensando bem, a grandiloquência épica serve pelo menos para colocar como horizonte o significado humano das ações, e sua não adequação mostra ao leitor atento e com sensibilidade poética aguçada que a empreitada capitalista de fundação do mercado mundial simplesmente não possui sentido humano. O tom alto serve para nos lembrar que a conversa ideológica – seja a sobre a cristandade, seja a sobre o direito internacional – é uma nota de pé de página quando confrontada à realidade objetiva da circulação de capital. Se fosse necessário, Vasco da Gama sequestrava o rei Samorim, levava o soberano para Lisboa e se estabelecia um tribunal para julgar suas culpas no tráfico de pimenta verde.

***Filipe de Freitas Gonçalves** é professor de Literaturas de língua portuguesa na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

a terra é redonda
existe graças aos nossos leitores e apoiadores
Ajude-nos a manter esta ideia.

CLIQUE AQUI  **CONTRIBUA**